

ATA NÚMERO 17/XV/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de outubro de 2022, pelas 19 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Diretor Geral do Património Cultural e dos elementos da equipa responsável pela intervenção nos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as obras na Sé de Lisboa.

Audição do Diretor Geral do Património Cultural e dos elementos da equipa responsável pela intervenção nos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as obras na Sé de Lisboa

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas ao Senhor Diretor Geral do Património Cultural, João Carlos dos Santos, e aos elementos da equipa responsável pela intervenção nos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa, Catarina Coelho, Subdiretora Geral do Património Cultural, e Aníbal Costa, coordenador do projeto de especialidades, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Por acordo entre todos os Grupos Parlamentares, o Senhor Diretor Geral do Património Cultural fez uma apresentação inicial, que pode ser consultada na [página da Comissão](#), dando o Senhor Presidente de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar proponente do requerimento para fazer a sua apresentação.

O **Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** referiu que a audição ao Senhor Diretor Geral do Património Cultural nasceu do contexto de uma petição apresentada à Assembleia da República e que está neste momento a ser apreciada no seio da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, mas que anteriormente o Parlamento já tinha aprovado uma resolução que recomendava ao Governo que fosse revisto o projeto da Sé no sentido de se conservar, tanto quanto possível, os

vestígios entretanto descobertos nas fases subsequentes das escavações, resolução essa na qual já se sublinhava a necessidade de garantir elementos de difícil compatibilização entre si: por um lado, a matéria da estabilidade estrutural do edifício e, por outro, a vontade de preservação do local dos achados ou, quando não possível, a sua musealização por outra via, mas também o objetivo que desde o início se propunha acautelar e que era o de garantir que o espaço fosse acessível, visitável e musealizável e que se cumprissem os normativos entretanto em vigor em matéria de acessibilidades de espaços como este (e, aditou, nem sempre ser possível assegurar todos estes quatro eixos ou todos os elementos em presença).

Reportou-se também à diminuição substancial do betão e ao recuo das estruturas que constavam nas versões iniciais do projeto, que assentava no pressuposto de que não havia achados arqueológicos naqueles locais. Perguntou se a solução encontrada pressupõe, por um lado, que continue a existir área técnica e se a sua dimensão é ajustada a este recuo de betão e se, por outro, se mantém ou não a ideia de ter um núcleo expositivo no próprio espaço para aqueles achados que poderão eventualmente ficar expostos naquilo que vier a ser a zona visitável.

Referiu igualmente que outra questão importante tem a ver com a visibilidade dos achados e com a construção do piso -1, que potencialmente poderá ser um obstáculo para o visitante que pretenda ter uma noção do conjunto ali exposto. Nesse sentido, perguntou se o piso -1 torna mais visível ou não aquilo que são os achados arqueológicos e como é que tudo isto se pode compatibilizar com a estabilidade estrutural que é necessária para repor o piso do claustro à superfície do topo.

Debruçou-se também sobre a eventual existência, por força das normas de segurança e de evacuação, de um acesso, de uma saída de emergência por via das Cruzes da Sé ou se esse elemento da primeira versão do projeto foi removido.

Por último, perguntou se a cisterna está incluída no processo de musealização e da visita, se o risco da sua própria integridade está superado e se os *graffitis* islâmicos estão visíveis e integrados no percurso expositivo, permitindo ter esta componente adicional que a campanha arqueológica revelou.

Usou, de seguida, da palavra o **Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD)** reportou-se, em primeiro lugar, à linguagem ofensiva e às acusações muito graves feitas recentemente pelos defensores deste património arqueológico e que podem colocar em causa, inclusivamente, a dignidade pessoal e

profissional do Senhor Diretor Geral do Património Cultural, acusando os serviços que tutela de não acautelar a salvaguarda das ruínas arqueológicas.

Quanto à possibilidade de usufruto dos vestígios arqueológicos descobertos ao longo das últimas décadas, e que foram progressivamente revelados pelas escavações, perguntou se a DGPC procedeu à realização de alterações ao projeto de arquitetura e de especialidades de engenharia sempre que se revelou necessário e o que é que levou esta entidade a emitir, em setembro de 2020, um despacho que previa o desmonte dos vestígios da mesquita, o que, aliás, motivou um enorme movimento de contestação por parte dos especialistas, ao invés de avançar com alterações ao projeto de forma a salvaguardar o conjunto monumental das estruturas islâmicas localizadas no Claustro da Sé. Perguntou igualmente se a DGPC, ao ser obrigada a reverter a sua posição devido ao facto de o Ministério da Cultura ter decidido que «os vestígios em causa devem ser conservados, musealizados e integrados no projeto de recuperação e musealização da Sé Patriarcal de Lisboa», alterou o projeto de arquitetura tendo em conta todos os contributos e pareceres das diversas entidades que visam a salvaguarda do património.

Questionou de seguida o Senhor Diretor Geral acerca da posição defendida por alguns que a última versão do projeto continua a prever fortíssimas destruições do edifício islâmico, das estruturas romanas, do claustro e da cisterna, defendendo, nesse sentido, uma nova revisão do projeto anulando de vez o piso subterrâneo, garantindo estabilidade, preservação e total visibilidade de todo o conjunto patrimonial.

Por último, perguntou ao Senhor Diretor Geral quando é que terminam as obras de recuperação e valorização da Sé e se tem condições de garantir a estabilidade do Claustro e que o máximo número de vestígios será conservado, musealizado e integrado no projeto de recuperação.

O **Senhor Deputado Jorge Galveias (CH)** começou por frisar que o Grupo Parlamentar do Chega dá grande importância à salvaguarda deste património cultural e histórico que representa a Sé Patriarcal de Lisboa, tendo todo o interesse em discutir e apreciar as obras que têm sido levadas a cabo em tão relevante monumento do nosso país.

Lembrou que após o início da empreitada adjudicada da instalação do núcleo arqueológico e da recuperação dos claustros da Sé no início de 2018, vieram a público a identificação dos vestígios

monumentais do edifício islâmico na ala sul do Claustro, o que levou a que tivesse de ser feita a primeira alteração ao projeto de agosto de 2019 de forma a integrar os novos vestígios arqueológicos na obra tendo em conta a relevância patrimonial que representavam e que representam. A primeira grande alteração ao projeto foi abandonada, tendo a DGPC apresentado uma segunda revisão ao projeto e o retomar das obras das escavações.

Perguntou ao Senhor Diretor Geral se com o arrancar da última fase de preservação da Sé Patriarcal de Lisboa estão devidamente salvaguardadas as estruturas arqueológicas do monumento, se o tal piso -1 irá mesmo avançar e se tem noção dos danos que esta construção pode trazer para o nosso património ou se tem soluções a apresentar que salvaguardem na íntegra todo este conjunto patrimonial que representa todo um passado milenar sagrado e único da cidade de Lisboa, que não pode jamais ser vítima de projetos revisionistas e que melindrem o passado que esta representa.

A **Senhora Deputada Joana Mortágua (BE)** iniciou a sua intervenção referindo-se à contradição das decisões tomadas até ao presente e que foram sendo atualizadas e as denúncias e pretensões de movimentos e de arqueólogos que afirmam ser possível preservar todo aquele património de uma forma diferente, contradição essa resultante da própria evolução das várias versões que a própria DGPC foi fazendo do plano da obra. Relembrou que inicialmente houve um alerta acerca da necessidade de desmonte total daqueles vestígios; que entretanto a própria DGPC veio a público dizer que havia uma incompatibilidade entre a solução estrutural prevista e a considerada necessária garantia de estabilidade do monumento nacional com a preservação da totalidade dos vestígios islâmicos; e que posteriormente a DGPC veio dizer que o projeto atual permitia a preservação integral dos vestígios arqueológicos. Nesse sentido, perguntou se a intervenção que está a ser feita de acordo com o planeado permite ou não a preservação integral dos vestígios arqueológicos, qual foi o património afetado pelas obras em curso, o que é que se salvou e o que é que se perdeu ao longo da intervenção realizada.

Por outro lado, questionou o Senhor Diretor Geral no sentido de saber se foi ou não estabelecido um diálogo com os arqueólogos a trabalhar nas escavações e se foram acolhidas as suas opiniões às alterações entretanto introduzidas, de que forma é que a futura classificação deste património foi afetada pelas obras feitas e porque é que houve tanta resistência a alterar o projeto de forma a preservar os vestígios que iam sendo encontrados.

Perguntou se era possível garantir uma saída de emergência sem ser através do recurso ao piso -1 e porque é que houve tanta resistência à publicitação dos vários pareceres que foram sendo pedidos, designadamente o parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

O **Senhor Deputado Rui Tavares (L)** perguntou se era ou não possível quantificar todo o património destruído até agora, sendo esse um dos aspetos mais relevantes a sublinhar.

Quanto à musealização de todo este património, e embora as pessoas possam vir a ter uma certa proximidade em relação aos vestígios, a zona em causa «comprime» um pouco, isto é, as pessoas vão perder a noção do que era aquele edifício à época. Nesse sentido, perguntou ao Senhor Diretor Geral se relativamente a esta questão em concreto há espaço para um debate público.

O Diretor Geral do Património Cultural respondeu, no final de cada intervenção, a cada um dos Senhores Deputados, tendo dito, nomeadamente, que a obra deste edifício classificado como monumento nacional é muito delicada e complexa; que as obras de requalificação dos claustros da Sé Patriarcal de Lisboa devem terminar no primeiro trimestre de 2023; que é urgente que as obras terminem, manifestando a sua preocupação com a estabilidade da estrutura face ao elevado risco sísmico; que todas as estruturas arqueológicas encontradas, islâmicas ou romanas, tão bem e devidamente preservadas; que a escavação arqueológica já está concluída; que, relativamente ao projeto inicial, houve enormes alterações, tendo a presença do betão diminuído muito, dando lugar aos vestígios arqueológicos; que a área técnica prevista diminuiu e mudou de localização e que, em vez de ar condicionado, optou-se apenas por tratamento e renovação de ar; que a área técnica não colide com a zona, a que se chama dos arquinhos; que a classificação dos vestígios não é urgente, lembrando que estes se encontram num espaço já classificado como Monumento Nacional na sua totalidade e que os mesmos nunca estiveram tão bem preservados; que todos os vestígios islâmicos e medievais encontrados serão preservados; que está em estudo, no projeto de musealização, uma forma de realçar os graffiti encontrados no muro islâmico; que piso -1 foi alterado de modo a se visualizar as estruturas arqueológicas e que o piso -2 vai favorecer a própria estrutura arqueológica, permitindo ao visitante percorrê-la como se caminhasse numa rua; que os atrasos nas obras de restauro e valorização da Sé de Lisboa podem significar a devolução de 1,936 milhões de euros de fundos comunitários; e que não se pode andar constantemente a fazer mais alterações, sobretudo porque a última alteração efetuada protege integralmente o património que se quer.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Alexandre Poço (PSD) e Rui Tavares (L), tendo o Diretor Geral do Património Cultural respondido, no final, a todas as questões colocadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a audição.

No âmbito da II Parte da Ordem do Dia, foram distribuídas, respetivamente, as [Proposta de lei n.º 37/XV/1.ª](#) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 — [Proposta de lei n.º 38/XV/1.ª](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2023, a primeira ao Senhor Deputado Guilherme Almeida, do Grupo Parlamentar do PSD, e a segunda à Senhora Deputada Rosário Gamboa, do Grupo Parlamentar do PS.

A reunião foi encerrada às 21 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Luis Graça)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Bruno Aragão (PS)
Francisco Dinis (PS)
Luís Graça (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Inês Barroso (PSD)
João Barreiras Duarte (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Joana Mortágua (BE)
Pedro Delgado Alves (PS)
Cristiana Ferreira (PSD)
Maria Emilia Apolinário (PSD)
João Prata (PSD)
Rui Tavares (L)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa (PS)
Miguel Matos (PS)
Rosário Gambôa (PS)



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Cordeiro (IL)

Alma Rivera (PCP)